

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.044 - GO (2018/0338011-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO LORENZI DE CASTRO E OUTRO(S) - SP129134**  
**MARCOS KLEINE E OUTRO(S) - SP239909**  
**JOÃO MAURÍCIO XAVIERREIS E OUTRO(S) - GO028417**  
**KARINA LENGELER E OUTRO(S) - SP134517**  
**AGRAVADO** : **CORAL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - MASSA FALIDA**  
**AGRAVADO** : **BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE**  
**TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A**  
**ADVOGADOS** : **GILBERTO JACINTHO QUIRINO E OUTRO(S) - GO037878**  
**LEANDRO ALMEIDA DE SANTANA - GO036957**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) falta de comprovação do dissídio jurisprudencial e (b) aplicação das Súmulas n. 282 do STF e 7 do STJ.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 237):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO *SECUNDUM EVENTUM LITIS*. RECUPERAÇÃO JUDICIAL CONVOLADA EM FALÊNCIA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS FIRMADA EM NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS – POSSIBILIDADE. DIREITO À PRIVACIDADE – DIREITO NÃO ABSOLUTO. PUBLICIDADE DOS ATOS DE REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESA MERCANTIS – ART. 29, LEI 8.934/94. DESPROVIMENTO.

1 – Conquanto não se olvide o sensacionalismo e falta de apuro técnico em que assentada a maioria das notícias jornalísticas, não calha ao magistrado definir quais são dignas de confiança, cabendo a ele somente determinar a produção de provas para, assim, definir a veracidade das alegações das partes.

2 – A garantia constitucional da intimidade e privacidade não tem caráter absoluto, vez que permite o direito à prova, havendo de ceder quando em contraposição ao interesse coletivo, à luz do princípio da proporcionalidade.

3 – As informações referentes ao registro de empresas são públicas, permitido o acesso a qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse (artigos 29 e 31, Lei n.º 8.934/94 - Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins).

4 – Agravo desprovido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 274/279).

No especial (e-STJ fls. 290/306), fundamentado no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF, a recorrente argumentou ser indevida a quebra de seu sigilo de dados. Nesse sentido, afirmou que, "tendo em vista que (i) a Recorrente não é parte do procedimento falimentar que tramita em face do Grupo Coral, (ii) tal pedido teve como único fundamento notícias fantasiosas e desprovidas de provas, veiculadas na imprensa sem checagem e de forma irresponsável, e (iii) que, mesmo sem ser parte de qualquer demanda judicial nesse sentido, lhe foi imposto o diabólico ônus de fazer prova negativa, em face a si mesma, de alegações veiculadas pela mídia, caracteriza-se à larga a violação ao artigo 9º e 506 do CPC [CPC/2015]" (e-STJ fl. 298).

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 345/353).

O agravo (e-STJ fls. 372/387) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 398/399).

O MPF opinou pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

Conforme informa a recorrente, "A hipótese dos autos se iniciou quando o MM. Juízo a quo indeferiu o pedido de tutela de urgência realizado em sede de ação de Embargos de Terceiro ajuizada pela ora Recorrente em desfavor da Recorrida, o que fez sob o argumento de que o Sr. Administrador Judicial teria desempenhado adequadamente os seus deveres legais de defender os interesses dos credores da Recorrida, exigindo, assim, a expedição dos ofícios. A Recorrente, frise-se, é terceira estranha ao processo de falência" (e-STJ fl. 296).

Contra tal decisão, a ora recorrente interpôs agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento, nos termos da ementa transcrita. Para tanto, o Tribunal de origem concluiu que (e-STJ fls. 233/234):

Dessarte, a análise recursal deve ater-se à possibilidade – ou não – da expedição de ofícios à JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo), JUCEG (Junta Comercial do Estado de Goiás) e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Cediço caber ao administrador judicial requerer medidas necessárias ao cumprimento da legislação falimentar (art. 22, III, “o”, Lei 11.101/2005), dentre elas a solicitação de informações a órgãos oficiais, a fim de dirimir dúvidas sobre a responsabilidade dos sócios da falida, bem assim de terceiros que possam ter envolvimento em outras demandas e que influenciem o regular andamento da falência.

É o caso dos autos.

Embora a sociedade empresária agravante se insurja à expedição de ofícios para perquirir seu envolvimento – e da massa falida – em escândalos noticiados pela mídia, imprescindível ao juízo da falência observar todos os fatos que circundam o grupo falido, a fim de dar melhor solução à perlanga, considerando o interesse dos credores da falida.

Conquanto não se olvide o sensacionalismo e falta de apuro técnico em que se assenta a maioria das notícias jornalísticas, não calha ao magistrado definir quais são dignas de confiança, cabendo a ele somente determinar a produção de provas para definir a veracidade das alegações das partes.

Noutro plano, a quebra de sigilo bancário da empresa recorrente mostra-se salutar à busca da verdade dos fatos, na medida em que permite a exata compreensão do feito. A despeito da agravante ser pessoa jurídica distinta do grupo falido há, no mínimo, indícios justificadores da providência determinada. Assim, não se pode afirmar que a decisão de expedição de ofícios, conforme determinada no juízo de origem, acha-se injustificada ou desprovida de fundamento, pois feita com suporte nas informações sobrejamente noticiadas na mídia e na manifestação do administrador judicial, ratificada pelo representante do *parquet*.

Cumpre observar, de início, que o Tribunal *a quo* não se pronunciou sobre o conteúdo normativo dos arts. 9º e 506 do CPC/2015 sob o enfoque dado pela parte, nem foi instado a fazê-lo por via de embargos declaratórios, circunstância que impede o conhecimento

da insurgência por falta de prequestionamento. Assim, devem ser aplicadas as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Observa-se ainda que a pretensão da recorrente, ao final, é ver reconhecidos os requisitos da tutela requerida em primeira instância. Entretanto, a jurisprudência do STJ não admite a interposição de recurso especial cujo objetivo seja discutir a correção de acórdão que nega ou defere medida liminar ou antecipação de tutela, por não se tratar de decisão em única ou última instância. Incide, analogicamente, o enunciado da Súmula n. 735 do STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar."

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - MEDIDA LIMINAR - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AGRAVADO.

(...)

3. A jurisprudência pacífica do STJ é no sentido de ser incabível, via de regra, o recurso especial que postula o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, ante a natureza precária e provisória do juízo de mérito desenvolvido em liminar ou tutela antecipada, cuja reversão, a qualquer tempo, é possível no âmbito da jurisdição ordinária, o que configura ausência do pressuposto constitucional relativo ao esgotamento de instância, imprescindível ao trânsito da insurgência extraordinária. Aplicação analógica da Súmula 735/STF ("Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.").

Ademais, a análise do preenchimento dos requisitos autorizadores da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional (artigo 273 do CPC/73) reclama a reapreciação do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 504.073/GO, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/5/2017, DJe 23/5/2017.)

Ademais, a concessão da tutela antecipada demanda a existência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação, o que, no caso, foi negada pelo Magistrado de primeiro grau e pelo Tribunal *a quo*, em razão das circunstâncias fáticas do caso. Decidir de modo contrário necessariamente implicaria no reexame de elementos fático-probatórios, o que é inviável no âmbito do especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (ART. 544 DO CPC). AGRAVO DE INSTRUMENTO (ART. 522 DO CPC) CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DA QUESTÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. JUÍZO PROVISÓRIO. AUSÊNCIA DE "CAUSA DECIDIDA". INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 735/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Verificar se estão presentes, ou não, os requisitos da verossimilhança, bem como danos irreparáveis ou de difícil reparação, quando o acórdão recorrido os afasta ou confirma sua presença com fundamento na análise soberana dos elementos fático-probatórios dos autos, demanda o reexame das provas, procedimento vedado em sede de recurso especial a teor do enunciado 7 da Súmula do STJ.

2. "Não pode ser conhecido o recurso especial quanto à alegação de ofensa a

# *Superior Tribunal de Justiça*

dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança. Quanto a tal matéria, somente haverá 'causa decidida em única ou última instância' com o julgamento definitivo". (REsp 765.375/MA, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 06/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 176)

3. Inteligência da Súmula 735 do STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar".

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 923.510/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 23/11/2016.)

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator